PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução do Conselho do Governo n.º 171/2014 de 17 de Novembro de 2014

Considerando que, pela Resolução n.º 97/2005, de 9 de junho, foi autorizada a celebração de um contrato programa, com caráter plurianual, entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), SA, doravante designada apenas por SPRHI, SA, destinado a regular a promoção por esta última de várias obras na rede viária regional da ilha Terceira, nomeadamente a obra de remodelação e reabilitação da Via Vitorino Nemésio, assim como a cooperação entre as partes no âmbito dessa promoção;

Considerando que este contrato programa, que foi celebrado em 24 de junho de 2005, foi objeto de quatro alterações: a primeira foi autorizada pela Resolução n.º 90/2006, de 27 de julho, republicada pela Resolução n.º 5/2006, de 7 de setembro, e outorgada em 08-09-2006; a segunda foi autorizada pela Resolução n.º 155/2007, de 29 de outubro, e outorgada em 30-10-2007; a terceira foi autorizada pela Resolução n.º 148/2007, de 31 de dezembro, e outorgada em 31-12-2007; e a quarta foi outorgada em 21-12-2010, na decorrência do despacho conjunto do VP/SRCTE/SRTSS, de 20 de dezembro de 2010;

Considerando que importa transferir para a SPRHI, SA as verbas necessárias ao encerramento do contrato de empreitada de conceção/construção das obras de reabilitação da Via Vitorino Nemésio, na sequência do acordo alcançado com o consórcio empreiteiro, por via do qual são solucionadas definitivamente todas as questões que opunham as partes, incluindo as decorrentes do acórdão arbitral prolatado no processo arbitral “*ad hoc*”, que correu termos junto do Centro de Arbitragem Comercial de Lisboa;

Considerando que, de acordo com o n.º 8 da cláusula 6.ª do contrato programa, o montante global da comparticipação financeira da RAA pode ser revista caso, comprovadamente, se torne insuficiente para cobrir a totalidade dos custos a que respeita;

Considerando que a revisão anteriormente referida obriga a que se proceda a uma nova alteração contratual, pela necessidade de ajustar o valor da comparticipação total da RAA, reprogramar financeiramente o contrato programa e estender o período de vigência deste por mais dois anos.

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição e nas alíneas a), d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional resolve o seguinte:

1- Autorizar a alteração do contrato programa celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), SA, destinado a regular a promoção por esta última de várias obras na rede viária regional da ilha Terceira, nomeadamente a obra de remodelação e reabilitação da Via Vitorino Nemésio, assim como a cooperação entre as partes no âmbito dessa promoção.

2- Aprovar a minuta da alteração ao contrato programa referido no número anterior, anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

3- Delegar no Vice-Presidente do Governo Regional, na Secretária Regional da Solidariedade Social e no Secretário Regional do Turismo e Transportes os poderes necessários para, em conjunto e em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgarem a referida alteração ao contrato.

4- A presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Angra do Heroísmo, em 7 de novembro de 2014. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

QUINTA ALTERAÇÃO AO CONTRATO PROGRAMA, APROVADO PELA RESOLUÇÃO N.º 97/2005, DE 9 DE JUNHO, E OUTORGADO ENTRE A RAA E A SPRHI, SA, EM 24 DE JUNHO DE 2005

Entre:

Região Autónoma dos Açores, pessoa coletiva n.º 512047855, aqui representada por [•], portador do cartão de cidadão n.º [•], válido até [•], na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional; por [•], portadora do cartão de cidadão n.º [•], válido até [•], na qualidade de Secretária Regional da Solidariedade Social; e por [•], portador do cartão de cidadão n.º [•], válido até [•], na qualidade de Secretário Regional do Turismo e Transportes, doravante designada por RAA; e

Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas (SPRHI), S.A., com sede na rua do Pasteleiro, n.º30-A, 9900 – 069 Angústias, concelho da Horta, registada na Conservatória do Registo Comercial da Horta, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 512 076 260, com o capital social de €8.237.400,00, neste ato devidamente representada pelos seus administradores, [•] portador do cartão de cidadão n.º [•], válido até [•], e [•] portador do cartão de cidadão n.º [•], válido até [•], doravante designada por SPRHI, SA.

Considerando que, pela Resolução n.º 97/2005, de 9 de junho, foi autorizada a celebração de um contrato programa, com carácter plurianual, entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), SA, doravante designada apenas por SPRHI, SA, destinado a regular a promoção por esta última de várias obras na rede viária regional da ilha Terceira, nomeadamente a obra de remodelação e reabilitação da Via Vitorino Nemésio, assim como a cooperação entre as partes no âmbito dessa promoção;

Considerando que este contrato programa, que foi celebrado em 24 de junho de 2005, foi objeto de quatro alterações: a primeira foi autorizada pela Resolução n.º 90/2006, de 27 de julho, republicada pela Resolução n.º 5/2006, de 7 de setembro, e outorgada em 08-09-2006; a segunda foi autorizada pela Resolução n.º 155/2007, de 29 de outubro, e outorgada em 30-10-2007; a terceira foi autorizada pela Resolução n.º 148/2007, de 31 de dezembro, e outorgada em 31-12-2007; e a quarta foi outorgada em 21-12-2010, na decorrência do despacho conjunto do VP/SRCTE/SRTSS, de 20 de dezembro de 2010;

Considerando que importa transferir para a SPRHI, SA as verbas necessárias ao encerramento do contrato de empreitada de conceção/construção das obras de reabilitação da Via Vitorino Nemésio, na sequência do acordo alcançado com o consórcio empreiteiro, por via do qual são solucionadas definitivamente todas as questões que opunham as partes, incluindo as decorrentes do acórdão arbitral prolatado no processo arbitral “ad hoc”, que correu termos junto do Centro de Arbitragem Comercial de Lisboa;

Considerando que, de acordo com o n.º 8 da cláusula 6.ª do contrato programa, o montante global da participação financeira da RAA pode ser revista caso, comprovadamente, se torne insuficiente para cobrir a totalidade dos custos a que respeita;

Considerando que a revisão anteriormente referida obriga a que se proceda a uma nova alteração contratual, pela necessidade de ajustar o valor da comparticipação total da RAA, reprogramar financeiramente o contrato programa e estender o período de vigência deste por mais dois anos.

É livremente e de boa fé convencionada e aceite a presente *Alteração* ao contrato programa outorgado entre as partes em 24 de junho de 2005, doravante designado apenas por contrato programa, que se rege pelas cláusulas seguintes, que dele passam a fazer parte integrante:

Cláusula 1.^a

As cláusulas 6.^a e 9.^a do contrato programa passam a ter a seguinte redação:

«Cláusula 6.^a

[...]

1- (...).

2- A RAA obriga-se, também, a transferir para a SPRHI, SA, a verba global de €18.199.205,77 (dezoito milhões, cento e noventa e nove mil, duzentos e cinco euros e setenta e sete cêntimos), a qual se estima suficiente para cobrir o custo das obras objeto do presente contrato e os inerentes ao funcionamento e financiamento emergentes do presente contrato programa.

3- O montante das verbas a transferir anualmente será de:

- a) Em 2007: € 1.500.000,00;
- b) Em 2008: € 3.402.965,53;
- c) Em 2009: € 9.546.240,24;
- d) Em 2016: € 2.250.000,00;
- e) Em 2017: € 1.500.000,00.

4- (anterior n.º 5)

5- (anterior n.º 6)

6- (anterior n.º 7)

7- (anterior n.º 8)

Cláusula 9.^a

[...]

Salvo quando haja lugar a resolução pela RAA, ao abrigo da cláusula 10.^a, o presente contrato programa cessa a sua vigência no dia 31 de dezembro de 2017.»

Cláusula 2.^a

A presente alteração ao contrato programa é celebrada no interesse da Região Autónoma dos Açores, estando isenta do imposto do selo, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo

Celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse da RAA e outro na posse da SPRHI, SA.

[lugar da celebração], [data da celebração]

Pela RAA

[•]

[•]

[•]

Pela SPRHI, SA

[•]

[•]